

DESENVOLVIMENTO SOB A MUNDIALIZAÇÃO CAPITALISTA: UMA PERSPECTIVA A PARTIR DA ATIVIDADE TURÍSTICA, BRASIL APÓS 1990

*Dionatan França Rodrigues¹
Luiz Eduardo Simões de Souza²*

Resumo: Este texto tece considerações sobre a internacionalização do setor turístico no Brasil. Buscando uma abordagem crítica que procure contextualizar esta atividade econômica na mundialização capitalista, sob a imposição de políticas neoliberais nos países periféricos, são analisados e comentados alguns dados que refletem o investimento externo direto em turismo em caráter agregado e posteriormente dissociando esses dados para o setor hoteleiro, um dos segmentos mais importantes do turismo. A partir desta revisão, vê-se que o turismo desde os anos 1990 consistiu na prática em meio de estratégias cujo o objetivo foi a máxima rentabilidade das suas empresas transnacionais, ao contrário do que majoritariamente se difunde na teoria e discursos dos seus atores públicos e privados, até em políticas públicas. Conclui-se assim, que a economia internacionalizada, em seu ramo produtivo do turismo, vem seguindo a mesma lógica de qualquer atividade econômica dentro desse sistema. Consequentemente, o turismo é inviabilizado como forma ou estratégia de desenvolvimento. O turismo, assim, é considerado um ramo produtivo, ou até mesmo uma indústria, a indústria das viagens e turismo, pode ser considerado um setor estratégico? E traz produtividade? Praticado em muitos países, é levado em conta quando da concepção de políticas que se dizem voltadas para o desenvolvimento econômico, principalmente para aquelas regiões que não têm uma especialização produtiva eficaz e consolidada conforme delineado acima. Nessas condições, pretende-se analisa-lo sabendo-se que inserido na divisão social do trabalho em caráter mundial, consistindo, assim, em subproduto do processo de acumulação da periferia para o centro, o caso aqui é o Brasil, como um dos exemplos, através das multinacionais hoteleiras, líderes nas inovações tecnológicas de produtos e processos para este setor, e que traz, por conseguinte, efeitos sobre o desenvolvimento das regiões e/ou países que se lançam à sua empreitada [a do turismo]. Este é o tema dessas notas, realizadas a partir da análise de alguns dados. A relação turismo e desenvolvimento econômico é analisada de modo hegemônico pela literatura turística como se fosse algo evidente por si só, se o turismo é desenvolvido em determinada região, automaticamente essa região colherá benefícios desta atividade.

Palavras-chave: Turismo; desenvolvimento; mundialização capitalista; investimento

1 Mestrando em Desenvolvimento Socioeconômico – PPGDSE - Universidade Federal do Maranhão. Bolsista na Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA.

2 Doutor em História Econômica – Professor Associado - PPGDSE – Universidade Federal do Maranhão.

1. Introdução

A abertura comercial brasileira que se iniciou de modo mais significativo nos anos 1990 (BRESSER-PEREIRA, 2018), é desenlace do processo da mundialização capitalista do tripé de liberalização do comércio, investimento direto e acentuação dos fluxos financeiros que aconteceram a nível internacional (CHESNAIS, 2016).

Isto foi possível por meio do alargamento da chamada “riqueza real da sociedade” (MARX, 1986), mas ao lado da fictícia, (CHESNAIS, 2005)³, possibilitada pelo constante processo de produção e das inovações de produtos e processos. A dinâmica econômica internacional vem demonstrando que tanto o comércio quanto os investimentos são pensados e praticados com base nessas condições.

O turismo, como um ramo produtivo do setor dos serviços, a *indústria das viagens e lazer*, pode ser considerado um setor que traz produtividade? Praticado em muitos países, é levado em conta sob a concepção de políticas que se dizem voltadas para o desenvolvimento econômico através dessa *indústria*, notadamente às regiões que não têm uma especialização produtiva eficaz e consolidada em outros setores, ou com insuficiência.

Nessas condições, pretende-se analisa-lo sabendo-se que inserido na divisão internacional do trabalho, consistindo em subproduto do processo de desenvolvimento produtivo de outros ramos econômicos, e abertura comercial e acumulação financeira no centro a partir da periferia, o caso aqui é o Brasil. A pretensão de análise é através das multinacionais hoteleiras, um dos líderes nas inovações tecnológicas de produtos e processos para o seu setor. Estas, produzem efeitos sobre o desenvolvimento das regiões e/ou países que em que se instalam. Este é o tema dessas notas, realizadas a partir da análise de alguns dados.

2. Internacionalização e investimento externo estrangeiro no mundo e no Brasil

Segundo Chesnais (2016), os processos de fusões e aquisições no plano internacional, os quais ensejam concentração de capital, resultam dos desdobramentos de formação das firmas *national champions*, isto é, as grandes corporações nacionais, que ‘se constituíram’ nas décadas 1960 e 1970, cujas fusões organizadas e financiadas pelo Estado reestruturaram e incorporaram corporações por meio de nacionalizações e a partir do final de 1980, por meio de privatizações.

3 E conforme o próprio Marx já havia identificado sua natureza primeira.

Nesse contexto, a abordagem da mundialização⁴ como um fenômeno multidimensional (MICHALET, 2003) justifica-se sob o fato das dimensões das trocas de bens e serviços, investimentos diretos no exterior e circulação dos capitais financeiros interagirem de modo complementar, ao mesmo tempo que o paradigma da economia *inter-nacional*, no centro os Estados-nação, dá lugar ao da competitividade, no centro as empresas multinacionais, esta últimas, associadas aos Estados, os quais servirão para lhes abrir o caminho da ‘competição’, é a configuração *multi-nacional* (WOODLEY, 2015).

Seguindo este raciocínio, Gonçalves (2005) observa que a empresa transnacional é o principal agente de realização do IED. Mesmo que atue em escala global, seu controle ainda estará localizado em um determinado país, porque será do interesse dessas empresas manter o vínculo com um Estado-nacional “que possa protegê-las em sua atuação em escala global, inclusive firmar tratados de proteção ao investimento e à propriedade intelectual nas dimensões bilateral, plurilateral e multilateral” (p.49).

Outro fato ilustrativo desta configuração *multi-nacional* é significativo reforço dos *mutual funds*, conforme Sauviat (2005), foram resultados do intensivo processo de reestruturação produtiva de empresas em vários países no qual muito do risco do capital acabou por ser transferido para os assalariados que tiveram, de modo institucionalizado, seus regimes de aposentadorias convertidos como fundos de pensão e geridos como ativos financeiros por esses *mutual funds*, principalmente a partir de 1980.

Nesse diapasão, a indústria de serviços⁵ intensificou/accelerou seu desenvolvimento *vis-à-vis* a essa economia mundial. Nesse período, ressalta Kon (2006), a acumulação do capital avançou por meio da transnacionalização produtiva e da capacidade de a economia funcionar em tempo real, como unidade, em escala planetária, à medida que empresas produtivas investiam no exterior através de filiais em unidades produtivas que englobavam todo o processo de produção de um bem ou serviço. Assim, como parte desse processo de aceleração e acumulação do capital, “os Investimentos Externos Diretos (IED), [...] avançaram internacionalmente, suplantando os fluxos de comércio exterior no processo de internacionalização” (KON, 2006, p.137).

Essa relação dos IED e o processo da internacionalização é primordial (MICHALET, 2003), tendo em vista que o investimento tem primazia nos serviços em comparação ao co-

4 O conceito adotado de mundialização é o de Chesnais (2005), trata-se: “Da produção e da comercialização, [...] [que] traduz a capacidade estratégica do grande grupo de adotar uma abordagem e uma conduta global, atuando simultaneamente nos mercados com demanda solvável, nas fontes de provisionamento e na localização da produção industrial. Na esfera financeira, vale a mesma coisa para as operações de investimentos financeiros, a composição de suas carteiras de ativos (divisas, obrigações, ações e derivativos) e as arbitragens que eles operam entre diferentes instrumentos financeiros, compartimentos de mercado e países onde eles se colocam” (p.45).

5 De acordo com Kon (2004) as várias definições de serviços podem ser resumidas em quatro linhas principais de conceitos: uma indústria que produz serviços no lugar de bens; são bens de consumos ou intermediários intangíveis e em geral consumidos ao mesmo tempo em que são produzidos e usualmente intensivos em trabalho; e são componentes do Produto Nacional Bruto que mede o produto de itens intangíveis.

mércio exterior, visto ser seu vetor principal (CHESNAIS,1996). O início foi em meados de 1970, com desenvolvimento pleno na segunda metade de 1980. Neste ínterim, os serviços que representavam tão somente cerca de um quarto do total dos IED, ao fim dele já respondiam por quase metade (Ibidem).

Mesmo os países denominados ‘emergentes’ com suas relativas particularidades no que concerne a sua inserção na economia mundial, tiveram maior participação no indicador total de IED na década de 1990. Baumann, Canuto e Gonçalves (2004) afirmam que a média entre 1991-97 chegou a 31,2%, posteriormente com reduções, 25,9% em 1998, 18,9% em 1999 e 15,9% em 2000. Contudo, há de se observar que em 2002, tão somente os Estados Unidos detinham o montante de 22% do estoque total de IED estabelecido no mundo (MOURA JUNIOR,2010).

Isso mostra que a representatividade dos países em desenvolvimento, quanto a participação nos investimentos internacionais, são desproporcionais, no sentido de serem muito menores que a dos países desenvolvidos, levando-se em consideração seu peso relativo em termos de produção e tamanho demográfico (BAUMANN; CANUTO; GONÇALVES, 2004).

Essa constatação é reforçada com os dados de um relatório da UNCTAD⁶ (2007) sobre os fluxos globais de IED em 2006. Até então esses fluxos haviam atingido o segundo maior nível da série histórica desta instituição quando registraram US\$1.2 trilhão. Os fluxos mais significativos seguiram para economias desenvolvidas, entre as quais os Estados Unidos haviam atraído os maiores ingressos de capital, seguido pelo Reino Unido e França. Nesse ínterim, as entradas de IED na economia mundial obtiveram taxa de crescimento de 34,3%. Enquanto essa evolução para os países desenvolvidos foi de 47,7% e para o leste europeu e a CIS⁷ 56,2%, as economias em desenvolvimento lograram tão somente a taxa de 10%. No Brasil, por exemplo, houve decréscimo de 2%.

O Brasil, um país à periferia (COSENZA,2017), insere-se dentro das análises diferenciadas que Camara e Salama (2005) identificaram como “a inserção diferenciada – com efeitos paradoxais – dos países em desenvolvimento na mundialização financeira” (p.199)⁸. Conforme estes autores, na década de 1990 os IED, que representaram cerca de dois terços dos capitais destinados ao conjunto dos países em desenvolvimento possuíram uma variável-chave concernente às políticas econômicas como condição necessária, mas não suficiente, de atração de capitais, esta variável foi taxa de juros. Salama (2010) aponta que a necessidade e evolução de financiamento/investimento se justificou especialmente pelo “saldo da balança comercial [que é tornado positivo ou não, bem como] a redução do serviço

6 United Nations Conference on Trade and Development.

7 Comunidade dos Estados Independentes, foi estabelecida em 1991 em um acordo entre um grupo de países da recém dissolvida União Soviética. Entre esses, a Federação Russa, a Bielorrússia e a Ucrânia (SIMÃO, 2015).Para mais informações ver L. Simão (2015): http://janusonline.pt/images/anuario2015/3.9_LiciniaSimao_CEI.pdf.

8 Aqui pode-se considerar um aspecto, o financeiro, com o seu respectivo fluxo de investimentos, mas como se viu na definição de Michalet é um aspecto interdependente, não se mantém isolado dos outros.

da dívida (juros e amortização) consecutivo à redução da dívida pública externa” (p.169). Ele cita o caso brasileiro da alta taxa de juros, da relação aplicação financeira e investimento produtivo e o seu efeito recessivo levado à sociedade quando se optou pela primeira em detrimento da segunda (CAMARA E SALAMA, 2005).

Assim, a lógica dos investimentos produtivos e/ou financeiros cada vez mais mundializados, afetando direta e indiretamente as políticas econômicas domésticas, foi ganhando espaço e ficando responsável pela alocação dos recursos “intertemporalmente (ou seja, a relação entre investimento e consumo), intersetorialmente (a composição do produto e do investimento) e internacionalmente (a articulação da produção capitalista através das fronteiras nacionais)” (SAAD FILHO, 2011, p.7). O que corrobora com fato das instituições financeiras ganharem cada vez mais influência sobre o grau e composição do investimento, produto e emprego, financiamento do Estado e estrutura de demandas, taxa de câmbio e como a maioria dos países devem se especializar (MICHALET, 2003).

No Brasil, as informações mostram que sua participação no IED ao fim de 1970 respondia por aproximadamente 6,5%, em meados dos anos 1990 diminuiu para 1%, com as privatizações desse período foi para 4%, e durante os 2005-2008 respondeu pelo coeficiente médio de 1,8%⁹, superior, nessa mesma data, à sua participação no comércio internacional que foi de 1,2% (UNCTAD, 2007; GONÇALVES, 2011). De 1970 a 2008 houve uma constante oscilação na entrada de IED no país, com acentuada queda de 1980 até a primeira metade dos anos 1990, que nesse caso representou o nível mais baixo, e depois com uma recuperação relativa com oscilações.

No subperíodo 1995-2000 o rápido crescimento de IED foi em grande medida devido à priorização das operações de Fusões de Aquisições - F&A viabilizadas pelas privatizações de empresas estatais. Conforme a UNCTAD (2007), dos países da América do Sul, o Brasil foi o que, ao longo desses intervalos de tempo aqui citados, mais captou IED. A média de captação do total mundial de investimento para o Brasil girou em torno de 4.012%.

Uma série de condições internas e externas que estiveram envolvidas direta e indiretamente no IED para o país é destacado em estudo da CEPAL¹⁰ (2005), sobretudo relacionadas às influências das políticas econômicas para a América Latina. Segundo esse estudo, o auge da inversão estrangeira nos anos noventa resultou da melhoria da estabilidade monetária, de emendas à constituição que acabaram, dentre outros, com o monopólio estatal das telecomunicações, isto é, que foi fator preparatório para as privatizações, cujo auge foi a privatização da estatal de telefonia brasileira – Telebras, além da criação do Mercado Comum do Sul – Mercosul, e do estabelecimento de empresas multinacionais automotivas em algumas regiões.

Observa-se que, ao contrário das décadas anteriores, isto é, de 1930 a 1980 em que o Brasil perseguiu um padrão de industrialização, ainda que tardio (POCHMANN, 2016), a

9 Esses dados são da UNCTAD e estão disponíveis em <http://www.unctad.org/>.

10 Comissão econômica para América Latina e Caribe.

própria Telebras foi criada nos anos 1970, o regime dominante no país desde 1990 foi de uma política econômica liberal com a abertura comercial sob orientação de organismos multilaterais internacionais (BRESSER-PEREIRA, 2018) concentrada em uma qualidade de investimento que gradativamente foi migrando, a partir dos processos de privatizações que indicaram a já desistência daquele padrão citado logo acima¹¹, para os setores terciários, incluído o comércio (GONÇALVES, 2011).

3. Turismo e internacionalização

Levando-se em consideração o discutido nos parágrafos anteriores, o setor de serviços foi, a partir de meados de 1990, o principal receptor dos fluxos de investimentos internacionais¹² (KON,2004). Isso foi resultado ao mesmo tempo da acumulação financeira e queda da taxa de lucro desde décadas anteriores, de um estímulo econômico de novas tecnologias da informação e comunicação, do desenvolvimento da infraestrutura de diversos serviços, como de transportes e comunicação, etc. Essa expansão teria sido conduzida “pelas mudanças na demanda relacionadas às condições de renda regionais, beneficiando determinados setores, como, por exemplo, a indústria de hotelaria e turismo” (Ibidem, p.188). Por isto, cabe ainda uma palavra a este respeito no intuito de situar a internacionalização da atividade turística de modo apropriado.

O turismo é uma categoria do comércio internacional de serviços (turismo internacional), que inserido nas tradicionais atividades terciárias. Tradicionais porque existiriam, seguindo conceituação da CEPAL (2016), as modernas. No primeiro grupo encontrar-se-iam as viagens, transportes, serviços relacionados a construção, insumos, bens e serviços do governo e serviços pessoais, culturais, etc. Enquanto os modernos compreenderiam serviços financeiros, empresariais, de seguros e pensões, de telecomunicações, informatização e de encargos de propriedade intelectual, etc. A representatividade destes dois grupos no total das exportações internacionais é equilibrada, por exemplo, em 2016 o primeiro grupo representou 49,9% enquanto o segundo, 50,1% (Ibidem).

Com relação a participação dos serviços dentro dos fluxos e estoques de IED no mundo, este tem apresentado um significativo aumento ao longo dos anos: respondia por cerca de um quarto do estoque mundial no início dos anos 1970, chegando a quase metade em 1990 e saltando para 63,8% em 2007 (LOPEZ, NIEMBRO E RAMOS,2011), contudo isto se deveu significativamente àqueles serviços ‘modernos’.

11 Ainda que, conforme Gonçalves (2011), a relação de IED e a formação bruta de capital tenha sido paralela, e mesmo com o processo de internacionalização da produção, via privatizações, estas relações não foram sustentadas.

12 Importante salientar, porém, como observou Chesnais (1996), a internacionalização dos serviços possui uma insuficiência de análise. Segundo o autor “não há nenhuma coincidência entre o IED nos serviços e o IED das companhias pertencentes ao setor de serviços”, (p.188), significando que esses investimentos são tanto de multinacionais industriais como companhias especializadas em serviços, como a da indústria de hotéis, por exemplo.

No que se refere as possíveis finalidades dos investimentos internacionais, há uma certa complexidade em seus objetivos, mas “boa parte dos fluxos de IED no setor de serviços é destinada para a conformação e desenvolvimento de cadeias globais de valor em diferentes segmentos” (LOPEZ, NIEMBRO E RAMOS, 2011, p.18).

Assim, uma característica comum às várias modalidades das atividades de serviços, é a presença das empresas multinacionais que normalmente detêm forte ingerência sobre suas respectivas cadeias globais de valor (CGV), “razão pela qual em muitos desses setores a possibilidade de inserção internacional está fortemente ligada às operações das transnacionais que lideram tais CGV” (Ibidem, p.8).

A existência de uma CGV caracteriza-se pela fragmentação da produção em diversas etapas realizadas em diversos países por diferentes empresas, cada um especializando-se em tarefas nas quais tenham vantagens comparativas, como criação de conceito da marca, de acordo com o segmento de mercado, planejamento da produção, *design*, produção de protótipos, linha de produção, etc. E um tipo de governança na qual haverá um comando mais ou menos centralizado que deterá o controle do plano integral do processo (NONNENBERG, 2014) em determinado país e que será responsável por uma ou alguma daquelas etapas, normalmente de criação de conceito e planejamento. Para Carneiro (2015), essa fragmentação da produção em escala global refere-se, em suma, a “uma forma atual – e radical – de divisão internacional do trabalho, que envolve várias empresas em diversos países, cada uma responsável por uma ou mais etapas de um processo produtivo” (p.10).

Além disso, os tipos de investimentos internacionais irão se diversificar em relação ao tradicional IED, porquanto envolverão o intensivo uso de ativos intangíveis “such as technology or guaranteed access to central capitalist economy markets, as a counterpart for the recognition of capital property rights and management control in developing countries joint-venture firms” (CHESNAIS, 2016, p. 165).

O que corrobora com o fato de que, mesmo essa fragmentação acontecendo em empresas e países diversos, o controle do desenvolvimento do produto ou serviço, se dará em uma empresa que deterá a propriedade intelectual dos principais ativos e processos produtivos (NONNENBERG, 2014). No caso das empresas do setor de serviços, essas novas formas de investimentos são normalmente utilizadas com o objetivo de fragmentar processos produtivos que diminuem os custos. O crescimento desses novos processos supera o do IED e é impulsionado devido à multiplicidade de vantagens para as empresas multinacionais, dentre as quais têm-se a despesas iniciais de capital relativamente baixas, a redução da exposição ao risco, uma base para terceirizar atividades que muitas vezes podem ser realizadas a um custo menor por outros operadores, etc. (CHENNAIS, 2016). Pode-se incluir como meios de elaboração e execução dessa estrutura, de modo genérico, a terceirização de serviços, o *leasing*, a franquia, o licenciamento, contratos de gerenciamento e outros tipos de relações contratuais através dos quais as empresas multinacionais coordenam as ativi-

dades em suas CGVs e influenciam a gestão no país anfitrião no qual a subsidiária utiliza sua marca.

Para o turismo, essa governança é exercida por meio de empresas capazes de intervir significativamente na oferta e demanda internacionais dos serviços e produtos necessários à atividade (COMERLATTO, 2015). Seu aspecto central, a transnacionalização dos serviços, está no fato de que “o ato de produção do serviço impõe [...] o contacto direto com o consumidor ou o cliente e a proximidade com o mercado intermediário ou final” (CHESNAIS, 1996, p. 194). Essas empresas irão decidir seus IED “de acordo com as possibilidades de melhor resposta às demandas” (KON, 2006, p. 136). Neste setor, portanto, busca-se uma organização que assegure ganhos crescentes nos negócios mediante os fenômenos de integração vertical e/ou horizontal das empresas.

Conforme Bezerra (2006), o primeiro foi promovido pelas grandes companhias aéreas que adquiriram redes hoteleiras constituindo, assim, novos conglomerados para controle da oferta de serviços desde transporte à acomodação e serviços complementares, assim como as grandes operadoras de turismo que também incorporaram hotéis e companhias aéreas especializadas em voos fretados.

No caso da integração horizontal, uma de suas formas foram as fusões por *takeover*, isto é, a tomada de controle por meio da compra de ativos pagos em dinheiro, ações ou títulos (Ibidem). Outro processo foi o consórcio entre companhias que competiam no mesmo mercado em busca de ampliação de ganhos de escala, portanto diminuição dos custos, e outras parcelas de mercado no intuito de diminuição dos efeitos da sazonalidade¹³.

Para exemplificar, o empreendimento hoteleiro tem, dentre suas características, o fato de estar totalmente exposto ao fenômeno da sazonalidade, ser intensivo em mão obra, o que requer qualificação profissional, demandar significativa mobilização de recursos financeiros na construção e implantação de uma unidade, e ser pouco flexível em razão das dificuldades de alterações substanciais nos projetos implantados e em sua localização (GORINI E MENDES, 2005). O forte movimento de F&A ocorrido no Brasil desde a década de 1990 revelam justamente estratégias que contornassem essas dificuldades, cujo escopo constante foi a busca de redução dos custos operacionais e expansão junto com a diversificação dos mercados (PROSERPIO, 2007). Observa-se, ademais, que foi neste período que os fundos de pensão iniciaram os investimentos no setor hoteleiro.

É nesse âmbito que o conceito de cadeia de turismo ou cadeia global de turismo está inserido. Segundo Tomelin (2011) o setor de viagens está submetido concomitantemente a dois aspectos, um de natureza intrínseca, que se refere às grandes companhias de trans-

13 Consoante Brasil (2010), refere-se à uma característica da demanda em que esta não permanece estável, ocorrendo variações de consumo ao longo do tempo. As motivações vão desde a disponibilidade de tempo (férias possibilitam mais tempo disponível), questões ambientais (as praias serão mais frequentadas durante o período de verão), motivos financeiros, etc.

porte, de redes hoteleiras e de *tour operators*¹⁴, cadeias de hotéis, etc. espalhadas pelo mundo, outro de natureza extrínseca que diz respeito ao desenvolvimento tecnológico, às práticas culturais e aos fatores socioeconômicos da destinação turística, ou seja, está-se considerando empresas que operacionalizam oferta turística, e o contexto econômico, social tecnológico e de desenvolvimento nas quais essa se desenvolve. No primeiro grupo tem-se a distribuição do produto-serviço turístico dentro da cadeia de valor do turismo (CVT) acompanhando o turista em todas as fases da sua viagem, desde o país de saída até o país receptor, deslocando-se e tendo contato com todos os atores da oferta, conexões e apoios dentro da CVT.

Logo, em uma CVT há ligações entre seus vários atores e inúmeros serviços de apoio que a formam direta ou indiretamente. A distribuição dentro dela pode ser tanto a nível internacional como nacional, no primeiro caso ter-se-ia um operador turístico que a nível global seria responsável pela sua governança, atuando em parceria com o setor hoteleiro ou de aviação.

É assim, que o principal meio utilizado para as redes hoteleiras se expandirem geograficamente foi através das franquias e dos contratos de gestão (COMERLATTO, 2015). As redes hoteleiras transnacionais, através da sua administração central, atuam estrategicamente com o objetivo de majoração da lucratividade e diminuição [ou transposição] do risco implícito e explícito do negócio na medida em que ocupam os elos mais lucrativos [centrais] dentro da CVT internacional, elas se concentram em administrar a marca, ou seja, “a maioria dos aspectos da operação do hotel estão em controle direto, ou são estreitamente coordenados pelo escritório central na matriz da rede hoteleira” (Ibidem, p. 64).

É dentro deste diagnóstico que se situa o turismo internacional no Brasil quanto aos seus fluxos/entradas de grandes redes hoteleiras e de *resorts* a partir da década de 1990, este último principalmente no Nordeste. Conforme Comerlatto (2015), os *resorts* são importantes atores na CVT internacional e “as redes de relações que estes estabelecem com os seus fornecedores (de produtos e serviços) engendram uma microcadeia do turismo” (p.112), em que se observaria os mesmos elementos de uma CGV, com as suas práticas de governança e divisão do trabalho a nível internacional.

Essas microcadeias seriam resultados do relativamente recente crescimento desta atividade no país, em que significativa parte dos empreendimentos hoteleiros e/ou *resorts* que foram implantados são de capital internacional, isto é, compõem uma cadeia de valor internacional. O que seria parte constituinte do processo de expansão capitalista proveni-

14 *Tour operators* ou Operador turístico (atacadistas) é uma firma ou empresa que compra componentes de viagens individuais, separadamente de seus fornecedores e os combina em um pacote turístico, comercializado diretamente ou através de intermediários (agências de viagens, varejistas). São chamados de “fabricantes de produtos turísticos”. Oferecem variedade de pacotes para atendimentos de preferências diferenciadas para os viajantes. Mais informações em: <https://tourismnotes.com/tour-operators/>.

ente da transnacionalização das grandes empresas e “possibilitando que os fluxos da atividade sejam canalizados para os países centrais do sistema e lá se concentrem” (Ibidem).

Observa-se, outrossim, que o setor de hospedagem, ao possuir significativa predominância de pequenas e médias empresas, que dispõem de condições limitadas para realização de investimentos em tecnologias, processos, marketing, etc. (GORINI; MENDES, 2005), diferentemente das grandes redes hoteleiras, está sujeito, de modo direto, à política econômica do país em que atuam, que no caso do Brasil desde a década de 1960 e mais acentuadamente a partir de 1994, tem sido marcada por elevadas taxas de juros (BRESSER-PEREIRA, 2018).

As grandes redes de hotéis, por sua vez, têm acesso a mecanismos de financiamento diversos, com estruturas mais propícias aos seus planos de adequação, expansão, prazos, etc. Além de acessarem de modo privilegiado os recursos e fundos públicos voltados para grandes firmas, obtêm acesso aos recursos de grandes investidores institucionais, especialmente fundos de pensão. No Brasil destaca-se o Previ, Petros e Funcef¹⁵ (BRASIL, 2007).

Muitas vezes os pequenos e médios empreendimentos têm acesso tão somente às formas tradicionais de financiamentos, como os empréstimos bancários, havendo, desta forma, considerável assimetria em relação à sua própria produtividade e sobrevivência. Segundo Silva (2003), os determinantes estruturais de competição entre essas empresas e as grandes redes de hotéis acaba legando vantagens a estas últimas na medida em que, destacam-se quanto as suas decisões estratégicas decorrentes das “vantagens associadas às economias de escala e às economias de diferenciação” (p.251).

Destarte, as grandes redes hoteleiras ao procurarem investir e movimentar seu capital entre diferentes países, obedecem à mesma lógica central de qualquer outra empresa, obedecendo a razão de ser do fluxo internacional de capital (MIGLIOLI; BELLUZZO; SILVA, 2017): a busca de lucros e atividades que ofereçam as maiores taxas desses lucros, com a interveniência, observa-se, de diversos outros interesses para os investimentos internacionais (HARO et al., 2014). Assim, Silva (2003, p.257) adverte:

Parte integrante inseparável do próprio movimento geral de acumulação de capital, a concorrência capitalista é antes de tudo uma disputa permanente entre empresas pela sobrevivência no mercado (mais do que pelo maior lucro possível!), constituindo-se no motor principal da dinâmica capitalista. [...] Nesse sentido, o monopólio revela-se não como o "contrário", mas como o próprio objetivo da concorrência. Não é para se estranhar, portanto, que a concorrência esteja na base da própria tendência à concentração/centralização de capitais.

15 Previ: fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, Petros: fundo de previdência fundada pela Petrobras e Funcef: Fundação dos Economistas Federais, patrocinada pela Caixa Econômica Federal – CAIXA.

Uma pesquisa que corrobora essas constatações, no âmbito nacional, é a da *Hotelaria em números – Brasil 2019*, realizada pela consultoria JLL¹⁶ conjuntamente com o Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil (FOHB) e a Associação Brasileira de Resorts (ABR) para o ano de 2018. Segundo ela, os hotéis que fazem parte de redes são em menor número comparando-se com os empreendimentos independentes, mas as quantidades de apartamentos totais e por hotéis são maiores.

O percentual de empresas afiliadas a cadeias hoteleiras, em relação às independentes, quanto ao número de hotéis, foi de 12,2%, mas em relação ao número de apartamentos representou 36,9% do total disponíveis no Brasil. Essa mesma pesquisa realizada em 2010 havia indicado que o número de hotéis que faziam parte das grandes cadeias era de 7,7% e a representação no total de apartamentos 26,8%. Ou seja, houve crescimento tanto do número de hotéis afiliados às redes, quanto ao número de quartos.

Ainda, de acordo com um estudo intitulado *Raio-X da Hotelaria Brasileira – As redes Hoteleiras do Brasil*¹⁷, de 146 redes e administradoras hoteleiras em operação, até 2018, o grupo Multinacional francês AccorHotels figurou como a corporação que lidera os *rankings* tanto em relação às redes, como em relação à administração, contando com 318¹⁸ hotéis e 50 mil apartamentos em operação. Esse número é significativo pelo seguinte motivo: as 10 maiores cadeias hoteleiras em funcionamento no país até julho de 2019 operavam 695 hotéis¹⁹, isso quer dizer que quase metade estava sob a gestão tão somente da AccorHotels.

Este grupo hoteleiro, somente no ano de 2012²⁰, realizou uma aquisição de 29 hotéis na América do Sul do mexicano Grupo Posadas em uma operação de US\$ 275 milhões, expandindo sua atuação principalmente no Brasil onde se situavam quinze desses hotéis, com onze em funcionamento e quatro que estavam, até aquela data, em fases de projetos. Desse total, quatro sob regime de propriedade, quatro em regime de aluguel e sete por contrato de gestão.

Como destacado por Proserpio (2007), os empreendimentos operados pelas redes internacionais, além de serem de grande porte, estão voltados ao segmento de médio e alto poder aquisitivo e localizados nos principais mercados e centros de negócios do país. No caso dos hotéis, a escalada de aquisições deve-se à própria necessidade que o mercado globalizado também lhes impõe por conta da aceleração e fortalecimento tanto dos oligopólios, quanto das suas próprias multinacionais, auxiliadas por políticas de cunho neoliberal (BLÁSQUEZ-SALOM, 2017).

16 JLL's Hotels & Hospitality Group – é uma consultoria internacional nos ramos de hotéis e imobiliárias ligado ao ramo da hospitalidade que atua em mais de 20 países. A pesquisa pode ser encontrada em: <http://fohb.com.br/wp-content/uploads/2019/08/Hotelaria-em-n%C3%BAmeros-2019.pdf>.

17 Disponível em: <http://raioxredeshoteleiras.com.br/sobre-o-estudo>.

18 O levantamento Hotelaria em números – Brasil 2019 os empreendimentos desse grupo são 319.

19 Hotelaria em números – Brasil 2019.

20 Informações podem ser obtidas em <https://veja.abril.com.br/economia/grupo-frances-accor-compra-29-hoteis-na-america-do-sul/>.

É por isso que Blásquez-Salom (2017), afirma que o turismo de massa, sua indústria global, em se tratando, *v.g.*, das cadeias hoteleiras, está baseado no oligopólio transnacional, e, atualmente, também na financeirização. Isto, irá se contrapor a uma proposta de desenvolvimento de um turismo sustentável, responsável e local: “la obtención de beneficios de la actividad hotelera ha adquirido una mayor complejidad, profundizando en la fijación y circulación de capital” (p.154).

4. A relação com o desenvolvimento econômico

A relação turismo e desenvolvimento econômico é analisada na literatura como algo evidente por si só, se o turismo é praticado em determinado local, automaticamente se colherá seus benefícios. Nessas análises o Estado tem uma função substancial, até onde predominam aquelas políticas econômicas que tentam o minimizar. Deste modo, é importante “verificar se a preocupação dos governantes é maior com a velocidade de crescimento do produto ou com a direção assumida pelo processo de desenvolvimento” (CARVALHO, 2014, p.42), pois, em qualquer programa de desenvolvimento haverá diferenças entre os benefícios privados e os custos sociais advindos desta atividade (WANHILL, 2009).

O desenvolvimento da oferta de serviços neste setor, tanto na Europa como na América Latina, se valeu de incentivos por parte do Estado (BEZERRA, 2006), que gravitaram em torno de concessões e incentivos fiscais, e na América Latina comumente ligados ao favorecimento de firmas do setor hoteleiro, além de outros estímulos como a dotação de infraestrutura, desde a construção de estradas e aeroportos, até a construção e fortalecimento de redes de telecomunicações, marketing do destino turístico, etc.

Logo, as asserções que consideram o turismo como sinônimo ou pelo menos fator contributivo para o crescimento e desenvolvimento econômico das regiões que o desenvolvem são, não raras vezes, limitadas ao não considerar características que se referem ao próprio sistema socioeconômico, os aspectos econômicos, históricos, sociais e regionais, e alterações nessas regiões estabelecidas por meio de empresas transnacionais, principalmente *via* fluxo internacional do turismo.

Como o resultado almejado é o crescimento do volume de vendas e não um desenvolvimento harmonioso no logo prazo, e como crescimento econômico, ou seja, o aumento da produção ou da renda, não significa desenvolvimento econômico (CHANG, 2015), “seria ingenuidade censurá-las, [empresas turísticas] pois agem de acordo com os princípios reconhecidos do livre comércio” (KRIPPENDORF, 2001, P. 41).

É nesse sentido que Blásquez, Murray e Artigues (2011), advertem que o turismo, longe de ser uma atividade socialmente neutra, agrava a desigualdade e polarização sociais “limitándose el disfrute a una minoría del *Norte Global*, que al mismo tiempo acumula el máximo beneficio del negocio” (p.6, grifo dos autores), incentivando as empresas a maxi-

mizar seus lucros em condições que lhes são favoráveis, participando na produção “de entornos institucionales con el mínimo de exigencias tributarias, sociales o ambientales, es decir marcos desregulados o mejor dicho regulados para favorecer sus intereses” (Ibidem).

Apesar disso, nas análises da grande maioria dos estudiosos brasileiros de turismo, predomina “modelos analíticos que não tentam verificar a complexidade de um tema” (OURIQUES, 2005.p.69), e se afirmam, em boa parte, em teorias funcionalistas e sistêmicas que não chegam a explicar as contradições e inter-relações econômicas, sociais e políticas que constituem os espaços turísticos (CORIOLANO,2006).

Nesse sentido Coriolano (2006) adverte que a cadeia produtiva do turismo deve ser explicada a partir do marketing, que transforma regiões turísticas em mercadorias, e a população do núcleo receptor de turistas, mesmo sendo o principal elo dessa cadeia, acaba por ser esquecida nos planejamentos e decisões, os quais monopolizam-se nas mãos dos investidores internacionais e os nacionais que estão associados a estes últimos.

Logo, se desenvolvimento econômico é um processo de crescimento econômico baseado na elevação da capacidade produtiva de uma economia, capacidade de organização e de transformação de suas atividades produtivas (CHANG,2015), significando sustentabilidade desse desenvolvimento como pressuposto para o desenvolvimento socioeconômico, é incerto declarar que turismo é sinônimo de desenvolvimento, visto essa atividade ser parte da dinâmica da mundialização do capital (CORIOLANO, 2006; OURIQUES, 2012), na qual sua indústria assiste à reprodução do capital enquanto sistema sociopolítico (CORIOLANO, 2006).

No caso das cadeias hoteleiras, elas são um representante típico, no setor de serviços, dos grandes atores que adotam uma abordagem e conduta *global* (CHESNAIS,2005), e seu controle pelas multinacionais (CORIOLANO E ALMEIDA, 2007) estão imbricadas numa CVT global. Os vínculos e relações que lhes interessam, deste modo, estarão fora do local em que estão instaladas (COMERLATTO, 2015) beneficiando mais significativamente outras regiões. Essas são empresas globais, são agentes da mundialização (SANTOS, 1997).

5. Considerações finais

A reflexão desenvolvimento econômico pelo turismo refletido à luz da mundialização capitalista, constata que a introdução desta atividade em regiões periféricas não leva necessariamente a um maior patamar de desenvolvimento de países e regiões como a América Latina e dentro desta, o Brasil. Existe, conforme demonstra Ouriques (2012), uma desigual distribuição de renda produzida pelo turismo internacional, e não é o turismo, por si só, que leva ao desenvolvimento econômico, “mas é o desenvolvimento econômico como

processo de expansão geral de uma dada economia [...] que proporciona as condições para que o turismo se desenvolva” (p.151).

Ora, quando se examina as grandes empresas deste setor através de suas multinacionais resultantes de integrações vertical e horizontal dos processos produtivos apoiados pelas novas tecnologias, formas de gerenciamento (KON, 2006) e objetivos de domínio do mercado tanto quanto seja possível, utilizando desde IED tradicionais como novas formas de investimento mais rentáveis, corrobora-se com Furtado (1998) para quem o traço mais característico do capitalismo é a capacidade de estabelecer “critérios de *interesse geral* disciplinadores do conjunto das atividades econômicas” (p. 33, grifo do autor).

Segundo o autor, isso se justificaria no fato dos investimentos e transações internacionais estarem sob controle direto das transnacionais que dominam a inovação de processos e produtos – “dentro das economias nacionais, certamente o principal instrumento de expansão internacional” (Ibid.) – e que determinará o comando econômico global (ARRIGHI, 1997) cuja orientação escapa em grande medida às diretrizes estatais nacionais, e além disso, que efetivamente têm acesso facilitado ao sistema financeiro internacional.

No caso do turismo, sendo um setor dos serviços, as suas cadeias globais de valor atestam, como diz Michalet (2003), o modelo global que a direção da empresa, seu comando central que se encontra no país central, irá pensar e adotar em suas estratégias, porque surgiu no esteio da revolução industrial (KRIPPENDORF, 2001, URRY, 2001) como um fenômeno social e atividade econômica com base nas relações capitalistas de poder e de distinção social (TAVEIRA, 2016), concentrando riquezas e incluindo e excluindo segmentos da sociedade, “quer seja pelo processo de turistificação do espaço geográfico, quer seja por meio da dinâmica de construção de territórios turísticos, ou por ambos os fatores” (Ibidem, p.9).

Esta compreensão somente poderá ser realizada satisfatoriamente entendendo-se, de um lado, a política econômica visando ações para o desenvolvimento econômico doméstico, mas que se servem, no caso de outro lado, de estratégias de ampliação de mercados e receitas comandadas desde o centro pelas empresas que operam nesse nível.

Como Celso Furtado (1998) havia identificado, são essas empresas que delineiam as práticas dos processos produtivos em cada país individualmente, porque o fazem a nível global. No caso dos serviços, que são atividades cujo os fluxos se intensificaram mais ainda a partir da aceleração do desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, aumentando sua produtividade, o campo operado se tornou cada vez mais complexo, sem que essa complexidade tivesse refletido completamente em aumento da complexidade produtiva das regiões ditas periféricas.

Deste modo, o turismo, como muitas outras atividades econômicas comandadas pelas grandes empresas cujo rendimento produtivo e distributivo não se reverte em sua tota-

lidade, ou mesmo em parcela satisfatória, à região em que se pratique tal atividade, obedece ao que se convencionou chamar por alguns autores franceses como a mundialização do capital, conforme conceituado ao logo deste trabalho. Isto significa que o investimento através de transnacionais do turismo, como as cadeias hoteleiras, seja o tradicional IED ou sob formas de contratos ou outros tipos de investimentos, não visam nem contribuem para que esta atividade seja encarada de modo tão benéfico como normalmente tem sido feito.

Referências Bibliográficas

- ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Tradução: Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- BAUMANN, R.; CANUTO, O.; GONÇALVES, R. **Economia internacional: teoria e experiência brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BEZERRA, M. M. O. Estratégias de desenvolvimento do turismo: em busca de uma tipologia. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 15, n. 2 (27), p. 347-374, 2006.
- BLÁZQUEZ, M.; MURRAY, I.; ARTIGUES, A. A. La balearización global. El capital turístico en la minoración e instrumentación del Estado. **Investigaciones Turísticas**. n.2, p. 01-28, 2011.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Estudos da Competitividade do Turismo brasileiro – Serviços de Hospedagem**. O Turismo no Brasil: Panorama Geral, Avaliação da Competitividade e Propostas de Políticas Públicas para o Setor – Neit-IE-Unicamp, Brasília, 2007.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Segmentação do turismo e o mercado**. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico – 1.ed – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **Em busca do desenvolvimento perdido: um novo projeto desenvolvimentista para o Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.
- CAMARA, M.; SALAMA, P. A inserção diferenciada – com efeitos paradoxais – dos países em desenvolvimento na mundialização financeira. In. CHESNAIS, François. (Org.). **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- CARNEIRO, F. L. Fragmentação internacional da produção e cadeias globais de valor. **Texto para Discussão, No. 2097, IPEA, Brasília, 2015**.
- CARVALHO, Otamar de. **Desenvolvimento regional: um problema político**. [online]. SciELO Livros, Campina Grande: EDUEPB, 2014.
- CEPAL - Comisión Económica para América Latina y el Caribe. **La Inversión Extranjera en América Latina y el Caribe**. Publicación de las Naciones Unidas (Documento Informativo) Copyright © Naciones Unidas, Santiago de Chile, 2005.
- CEPAL - Comisión Económica para América Latina y el Caribe. **Fortalecimiento de la cadena de turismo en el Departamento de La Libertad, El Salvador**. By Stefanie Garry e Raúl Martínez. Copyright © Naciones Unidas, Ciudad de México, México, 2016.
- CHANG, H.-J. **Economia: Modo de Usar**. Trad. Isa Mara Lando e Rogério Galindo. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2015.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Trad. Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, François. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, François (org.). **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências**. São Paulo: Boitempo, 2005.

CHESNAIS, François. **Finance Capital Today, Corporations and Banks in the Lasting Global Slump**. Leiden/Boston: Brill, 2016.

COMERLATTO, Lairton Marcelo. **A cadeia global de valor do turismo: Estudo sobre os resorts internacionais no Nordeste do Brasil**. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis, SC.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

CORIOLOANO, L. N. M. T.; ALMEIDA, H. M. de. O turismo no nordeste brasileiro: dos resorts aos núcleos de economia solidária. **Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. v. 11, n. 245, 2007.

COSENZA, A. **Calibã se liberta: O setor externo da economia brasileira (1999 a 2013)**. 2017. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, SP.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Estudo do Setor Hoteleiro** – São Paulo: Confederação Nacional dos trabalhadores no Comércio e Serviços da CUT – CONTRACS, 2013.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Editora Paz e Terra S. A., 1998.

GONÇALVES, Reinaldo. **Economia política internacional: fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GONÇALVES, Reinaldo. **Impacto do investimento estrangeiro direto sobre renda, emprego, finanças públicas e balanço de pagamentos**. Brasília, DF: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2011.

GORINI, A.P.F; MENDES, E.F. Setor de turismo no Brasil: segmento de hotelaria. **BNDES Setorial**. Rio de Janeiro, n. 22, p. 111-150, 2005. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/bnset/set2205.pdf>>. Acesso em: 01/05/2020.

JLL - JLL's HOTELS & HOSPITALITY GROUP. Hotelaria em Números – Brasil 2019. Disponível em: <http://fohb.com.br/wp-content/uploads/2019/08/Hotelaria-em-n%C3%BAmeros-2019.pdf>. Último acesso: 12/12/2019.

KON, Anita. **Economia de serviços: teoria e evolução no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

KON, Anita. Características econômicas das indústrias de serviços no Brasil: uma comparação entre empresas de capital estrangeiro e de capital nacional. In. NEGRI, J. A.; KUBOTA, L. C. (Org.). **Estrutura e dinâmica do setor de serviços no Brasil**. Brasília: IPEA, 2006.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**; Tradução Contexto traduções. São Paulo: Aleph, 2001.

LOPEZ, A.; NIEMBRO, A.; RAMOS, D. **O comércio mundial de serviços**. Revista Brasileira de Comércio Exterior, ano 25, n. 106, p. 6-18, 2011.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política, volume III, livro terceiro, tomo II**. São Paulo: Nova Cultura, 1985-1986.

MICHALET, C.A. **O que é a mundialização?** São Paulo: Loyola, 2003.

MIGLIOLI, J.; BELLUZZO, L. G.; SILVA, S. **O funcionamento da economia capitalista: uma introdução ao estudo da economia**. Organização e revisão de Ana Lucia Gonçalves da Silva. Campinas, SP: Unicamp, IE, 2017.

- MOURA JUNIOR, A. A. **Investimento estrangeiro direto no Brasil (1990-2002): Aspectos sócio políticos.** 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade de São Paulo. PUC – SP.
- NONNENBERG, M. J. B. Participação em cadeias globais de valor e desenvolvimento econômico. **Boletim de Economia e Política Internacional - BEPI** - n. 17, IPEA, 2014.
- OURIQUES, Helton Ricardo. **A produção do Turismo: fetichismo e dependência.** Campinas, SP: Editora: Alínea, 2005.
- OURIQUES, H. R. O turismo internacional na economia-mundo capitalista: elementos para uma crítica. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, Maringá, v. 34, n. 2, p. 147-157, 2012.
- POCHMANN, Marcio. **Brasil sem industrialização: a herança renunciada.** SciELO - Editora: UEPG, 2016.
- PROSERPIO, Renata. **O avanço das redes hoteleiras internacionais no Brasil.** São Paulo: Aleph, 2007.
- SAAD FILHO, A. Crise no neoliberalismo ou crise do neoliberalismo? **Crítica e Sociedade: revista de cultura política**, [S. l.], v. 1, n. 3, p. 6-19, dez. 2011.
- SALAMA, P. Brasil, balanço econômico, sucessos e limites. **Estudos Avançados.** v. 25, n.70, p. 167- 183, 2010.
- SANTOS, J. F. P. Multinacionais e Mundialização. **Economia e Prospectiva**, v. 1, n. 2, 1997.
- SAUVIAT, Catherine. Os fundos de pensão e os fundos mútuos: principais atores da finança mundializada e do novo poder acionário. In. CHESNAIS, François. (Org.). **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências.** São Paulo: Boitempo, 2005.
- SILVA, A. L. G. **Concorrência sob condições oligopolísticas: contribuição das análises centradas no grau de atomização/concentração dos mercados.** 2003. Tese (Ciências Econômicas) - Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia, Campinas, São Paulo.
- SIMÃO, L. A Comunidade de Estados Independentes: desafios e resiliência. **JANUS 2015-2016, anuário de relações exteriores.** v. 17, p. 118-119, 2015.
- TAVEIRA, M. S. Capital Turístico e as Teorias Sociais de Marx, Bourdieu e Putnam. **Turismo em Análise**, v. 27, n.1, p. 4-21, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v27i1p4-21>.
- TOMELIN, C. A. **A importância da Gestão da Cadeia de Suprimentos e Serviços no Subsistema de Agenciamento de Viagens e Turismo em Santa Catarina.** Tese. (Doutorado em Administração e Turismo) – Programa de Pós-graduação em Administração e Turismo, Universidade Vale do Itajaí, Biguaçu, 2011.
- UNCTAD. Foreign direct investment surged again in 2006. **UNCTAD Investment Brief: Número 1, 2007.** Disponível em: https://unctad.org/en/Docs/iteiimisc20072_en.pdf. Último acesso em: 10/12/2019.
- UNCTAD. **The Role of International Investment Agreements in Attracting Foreign Direct Investment to Developing Countries.** UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT, Copyright ©, New York and Geneva, 2009.
- URRY, John. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas.** São Paulo: Studio Nobel: SESC, 2001.
- WANHILL, Stephen. O papel dos incentivos governamentais. In. William F. Theobald. (Org.). **Turismo global.** Trad. Anna Maria Capovilla, Maria Cristina Guimarães Cupertino. São Paulo: SENAC, 2009.
- WOODLEY, Daniel. **Globalization and Capitalist Geopolitics: Sovereignty and State Power in a Multipolar World.** London and New York, Editora: Routledge, 2015.